ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 9 DE MARÇO DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR SABÁ (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR MARCELO MAIA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELLOS, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTÔNIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 41, 86 e 88/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando, respectivamente, os Decretos n.s 33.576/21 e 33.578/21, 33.582/21 e 33.593/21, referentes a Aberturas de Créditos Extraordinários; Projetos de Lei n.s 67 a 69/21 do vereador José Antônio; Projetos de Indicação n.s 127 e 128/21 do vereador José

Antônio, 129/21 do vereador Alberto Braga, 130 a 135/21 do vereador José Antônio, 136 e 137/21 do vereador Júlio Santos, 138/21 do vereador José Antônio e 139/21 da vereadora Laina Crisóstomo; Requerimentos n.s 123/21 do vereador José Antônio, 124 e 125/21 da vereadora Cris Correia e 126 e 127/21 do vereador Augusto Vasconcelos; Requerimento de Utilidade Pública n. 9/21 do vereador Daniel Alves; e Moção n. 20/21 do vereador José Antônio. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente agradeceu, aos líderes, a compreensão quanto a se aprovarem as Urgências, com base na soberania do Plenário, para a votação das matérias deste dia. Também agradeceu à imprensa, destacando o comunicador Zé Eduardo. Passando-se à **Ordem do Dia**, foi inicialmente apreciado o Projeto de Lei n. 65/21, referente ao projeto *Pé na Escola*. O senhor presidente enalteceu o trabalho da Comissão de Educação sobre esse Projeto, destacando a presidente dessa Comissão, vereadora Cris Correia, que, pela ordem, teve a palavra para expor sobre o Projeto e sua importância. A edil explicou as dificuldades vividas em razão da pandemia, que afetaram a própria matrícula dos alunos, cuja renovação era estabelecida no Projeto. Disse não ver solução melhor para tal situação. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito contou que, no exame pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), havia faltado, sobre este Projeto, um texto normativo, porém havia parâmetro anterior para se consubstanciar a renovação das matrículas escolares. Em seguida, o senhor presidente indagou ao vereador Alexandre Aleluia, presidente da CCJ, se ele, em situação remota e sob circunstâncias que atrapalhavam o seu exame do Projeto, poderia delegar o Parecer ao o vereador Duda Sanches. O vereador Alexandre Aleluia sugeriu que o líder do Governo, vereador Paulo Magalhães Júnior, telefonasse para si, informando-lhe sobre o conteúdo do Projeto. O senhor presidente explicou que já se estava em processo de votação. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior apelou para que o vereador Alexandre Aleluia, nestas circunstâncias, designasse para a elaboração do Parecer o vereador Duda Sanches, que tinha conhecimento do conteúdo. O

vereador Alexandre Aleluia pediu que, em outras situações similares, a CCJ pudesse ser mais bem informada, evitando-se o risco de ela atuar como "carimbadora" de projetos. O senhor presidente destacou as dificuldades, inclusive de comunicação, trazidas pela pandemia, e reafirmou o apelo para a delegação do Parecer. O vereador Alexandre Aleluia respondeu que, com base na confiança e na amizade pelo senhor presidente, designaria o vereador Duda Sanches para a Relatoria, pontuando não considerar isso um procedimento ideal no momento. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues disse não haver entendido que já se adentrava o Parecer e apontou a necessidade de discussão, cuja importância afirmou se manter mesmo frente às urgências da pandemia. O senhor presidente respondeu que compreendia a perspectiva da vereadora Marta Rodrigues e repassou as etapas cumpridas até o Projeto ser posto na presente apreciação. Pediu aos pares que abreviassem o tempo de discussão em favor dos que atuavam presencialmente, no Plenário, em momento de pandemia. Em seguida, o vereador Duda Sanches subiu à Tribuna para emitir Parecer conjunto pela CCJ e pelas Comissões de Finanças e Orçamento, e de Educação. O Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado, à unanimidade, o mesmo se dando em Plenário. Em discussão, o vereador Edvaldo Brito reiterou considerações já tecidas e declarou concordar com a renovação das matrículas, desde que cumprida a carga horária de aulas prevista. A vereadora Marta Rodrigues, líder da Oposição, contou sobre as audiências realizadas pelo bloco sobre a questão da educação, afirmando a defesa, pelos oposicionistas, da educação pública de qualidade. Considerou ruim a maneira como se apresentara o Projeto, sem visibilidade sobre os gastos relativos às vagas compradas pela Prefeitura. Afirmou ter faltado transparência quanto a esse e a outros pontos, como a lista de escolas credenciadas. Observou o necessário respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e a outros diplomas, e pediu informações da Secretaria de Educação. O senhor presidente observou que o Projeto chegara à Casa no dia 2 de março. Em seguida, pediu acomodação

para os profissionais da imprensa que adentravam o Plenário, bem como a observância dos protocolos sanitários relativos à pandemia. Dando seguimento à discussão, o vereador Augusto Vasconcelos também pontuou a falta de aprofundamento sobre o Projeto e afirmou que o *Pé na Escola* buscava suprir deficiências da educação pública. Lembrou Anísio Teixeira quanto à importância da escola pública, pedindo a discussão sobre o modelo aplicado, o qual comparou ao modelo de *vouchers*, e endossando a vereadora Marta Rodrigues. Pediu conversa com o secretário de Educação e contou conhecer boas escolas e creches familiares, de condições modestas, alertando que também havia exemplos ruins. O senhor presidente elogiou os oradores da Oposição e mencionou a possibilidade de ajustes no Projeto. A vereadora Cris Correia, como presidente da Comissão de Educação, explicou a natureza do projeto *Pé na Escola*, afirmando não se tratar de um modelo de *voucher*. Defendeu a transparência pedida pela vereadora Marta Rodrigues e disse que os resultados existentes já eram visíveis, mas os futuros não poderiam ser mensurados, inclusive pelo cenário atualmente influenciado pela pandemia. Destacou as dificuldades vividas, neste momento, pelos alunos e seus pais. O vereador Sílvio Humberto endossou os colegas da Oposição, lembrando os votos contrários que haviam dado anteriormente ao *Pé na Escola*, por não verem um modelo desejável, e explicando que os atuais votos favoráveis se deviam às excepcionais circunstâncias. Defendeu um exame mais cuidadoso sobre a educação e expressou receio quanto ao que aconteceria no ano seguinte, devido ao pragmatismo que se impunha. A vereadora Maria Marighella manifestou pesar pelo falecimento, por Covid, de Flávio Oliveira, realizador cultural, cujo trabalho enalteceu. Afirmou o respeito ao Regimento Interno (RI) e solicitou à vereadora Cris Correia que convocasse audiência pública sobre o projeto *Pé na Escola*, com participação das famílias dos estudantes. Declarou, por si e pelos colegas da Oposição, que não enxergavam, nesse projeto, uma solução para a educação, motivo pelo qual, tinham voto favorável, porém, crítico. Afirmou que

o outro Projeto a ser votado, referente a vacinas, era o que se revestia de substancial urgência. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues explicou impasse na comunicação sobre tempos de fala, pedindo tempo para a vereadora Laina Crisóstomo, à qual foi concedido, então, tempo para declaração de voto. A vereadora Laina Crisóstomo expôs que a educação pública de qualidade não se definia por número, mas por pessoas, o que impunha a realização de concurso. Afirmou a necessidade de convencimento sobre o Projeto e de transparência, fatores que motivavam ressalvas suas e dos demais oposicionistas nesta aprovação. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 65/21 foi aprovado, à unanimidade, até a Redação Final. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n. 66/21, sobre consórcio de municípios para aquisição de vacinas contra a Covid. O senhor presidente explicou que já havia Parecer favorável da CCJ, o qual estenderia às Comissões de Finanças e de Saúde. Colhidos os votos nessas Comissões, o Parecer foi aprovado à unanimidade, o mesmo se dando em Plenário. Em discussão, o vereador Augusto Vasconcelos defendeu base científica para se enfrentar a pandemia. Saudou a aprovação unânime a ser efetivada pela CMS, sublinhando que isso se devia à postura do Governo Federal, a qual criticou, apontando desdém e insensibilidade. O vereador Tiago Ferreira também saudou o Projeto e criticou o Governo Federal, rejeitando o desdém manifestado pelo Presidente da República. Elogiou a anulação dos atos processuais contrários ao ex-Presidente Lula, a quem enalteceu. O vereador Joceval Rodrigues elogiou o senhor presidente. Expressou solidariedade aos profissionais do entretenimento, que tinham a sua fonte de sustento suprimida com a pandemia. O senhor presidente convidou o vereador Duda Sanches para assumir a Presidência enquanto atenderia a imprensa. A vereadora Marta Rodrigues fez um breve histórico da pandemia, considerando que o Governo Federal promovia chantagens e outras ações negativas frente ao problema. Pediu que o Executivo expusesse dados sobre a aplicação das vacinas previstas no Projeto, de acordo com grupos prioritários e abrangendo o uso de insumos. O

vereador Sílvio Humberto declarou-se contemplado pelas razões apresentadas pelos colegas da Oposição. Considerou nefasta a postura do Presidente da República e afirmou que o consórcio de municípios, relativo ao Projeto, atestava essa má atuação. A vereadora Maria Marighella considerou esta a matéria mais importante a ser votada no ano. Aduziu que se tratava de uma afirmação da vacina, da ciência e da vida, e defendeu campanha de informação pela vacinação. Apontou responsabilidade do Governo Federal pela gravidade da pandemia, lembrando que os gestores estaduais e municipais tiveram de suplantar a ausência de atuação desse Governo. Reassumiu a Presidência o presidente Geraldo Júnior. O vereador Cláudio Tinoco destacou que, em 1973, dera-se o marco legal da responsabilidade federal quanto a ações de imunização e afirmou que, devido à incompetência do Governo Federal, as demais esferas de governo precisaram agir frente às demandas relativas a esta pandemia. Informou Ofício ao prefeito pedindo que a sua cota de emenda orçamentária parlamentar referente ao Exercício de 2021, no valor de um milhão, fosse destinada à aquisição de vacinas, e que fossem priorizados na aplicação de tais vacinas, se possível, profissionais de educação e mototaxistas credenciados. O vereador Átila do Congo elogiou os Projetos em votação. Expôs sobre a vulnerabilidade dos motoristas de aplicativo, os quais conduziam os profissionais de saúde que atuavam contra a Covid. Defendeu que esses motoristas fossem priorizados na vacinação e que o seu trabalho fosse tratado como essencial durante a pandemia. A vereadora Laina Crisóstomo também enalteceu a importância desta votação, frente à gravidade da pandemia, e reprovou o Presidente da República. Pediu que quilombolas e pessoas em situação de rua fossem priorizados na vacinação. Exaltou as mulheres pelo 8 de Março, solidarizando-se a colegas de outras casas legislativas que haviam sofrido abuso e desqualificação por parte dos pares. A vereadora Debora Santana parabenizou, como enfermeira, o prefeito Bruno Reis por buscar a aquisição de vacinas. Em nome da Frente Parlamentar que presidia, dedicada

aos impactos da Covid, expressou o interesse em acompanhar o processo de vacinação no Município. O vereador Luiz Carlos Suíca saudou as mulheres pela sua Data, celebrada no dia anterior, e, também, o senhor presidente pela coragem em realizar duas sessões importantes seguidamente. Manifestou alegria pela decisão judicial sobre o ex-Presidente Lula, a quem enalteceu, e elogiou os gestores, como o prefeito Bruno Reis, que tinham boa atuação frente à pandemia. Defendeu punição para quem havia prejudicado o ex-Presidente Lula. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 66/21 foi aprovado até a Redação Final. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO